

**Pronunciamento do Deputado Roberto Rocha
Em 19 de julho de 2008.**

Senhor Presidente, senhoras e senhores parlamentares,

No último domingo, dentro do calendário comemorativo das datas populares e costumeiras, celebrou-se o Dia do Patrimônio Histórico.

Sendo filho do Maranhão e parlamentar eleito por aquele Estado, não posso deixar de registrar no plenário desta Casa as riquezas e os problemas relativos ao patrimônio histórico do Estado. Trago os dois pontos para reflexão dos colegas parlamentares por acreditar na singularidade das riquezas históricas espalhadas pelo território nacional, mas que podem sofrer com ameaça similar à que se observa no Maranhão, à qual passo a retratar.

Primeiramente, há de se reconhecer e dispor sobre a grandeza dos sítios com a perspectiva da sua importância global. A nossa capital, São Luís, há onze anos foi intitulada Patrimônio Histórico da Humanidade, honraria concedida no Brasil somente às cidades de Olinda (PE), Salvador (BA), Ouro Preto (MG), Cidade de Goiás (GO) e Diamantina (MG), em virtude dos centros históricos que abrigam, e o Plano Piloto de Brasília (DF), símbolo do urbanismo e da arquitetura moderno-minimalista.

Aliás, ao redor do mundo, são poucas as cidades que congregam centros históricos assim considerados. São exemplos Veneza e sua Laguna, o centro histórico de Nápoles, as margens do Rio Sena em Paris ou a Acrópole em Atenas. Tais expoentes ilustram a magnitude de locais de excepcional importância cultural ou natural, requisitos para comporem o patrimônio comum da humanidade. Ao todo, há no Brasil apenas dezessete sítios culturais, naturais ou mistos reconhecidos pelo Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO.

Cidadão brasileiro, saiba que quem visita hoje o Centro Histórico de São Luís tem o privilégio de conhecer um pouco sobre o cenário no qual coabitaram os moradores dos séculos XVIII e XIX da capital maranhense, tecendo relações sociais e moldando costumes que edificaram a identidade cultural de um povo. São ruas estreitas, calçadas com paralelepípedos, fachadas coloniais e azulejos portugueses presentes em casarões onde hoje dividem espaço inúmeras repartições públicas e pontos de interesse para exploração de atividades turísticas, como restaurantes especializados na culinária regional. Atualmente, mais de três séculos depois da sua fundação, cerca de três mil e quinhentas edificações foram tombadas pelo patrimônio histórico estadual ou pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).



1F99DA4853

Além de São Luis, o Maranhão ainda apresenta ao Brasil a cidade de Alcântara, declarada Patrimônio Histórico Nacional já na década de 1940. Sua riqueza arquitetônica é marcada principalmente pelas igrejas de Nossa Senhora do Rosário e do Desterro, pelos cinco Passos da Quaresma, pelo Sítio Nazaré e pelo famoso Pelourinho, instalado em 1648. Em todo o Maranhão, são seis conjuntos urbanos, além de outras onze edificação, duas ruínas, um sítio arqueológico e um bem integrado sob proteção do IPHAN.

Mas não só do patrimônio arquitetônico, da estrutura física, os maranhenses se orgulham. O patrimônio imaterial é riquíssimo. São organizações ligadas à cultura popular e ritos de origem africana. Neste ano, foi publicado um Selo Comemorativo em homenagem ao Tambor de Crioula, expressão cultural reconhecida como Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro em 2007. O bumba-meu-boi, mundialmente conhecido, recebeu igual classificação. É quase de contemplação a reação de quem tem o privilégio de admirá-los pela primeira vez.

Senhor Presidente, senhoras e senhores parlamentares, vigilante com o patrimônio histórico do nosso Estado, pois sabedor que sou da sua importância para propiciar a exploração sustentável do turismo, atividade que emprega grande contingente de mão-de-obra semiqualficada e gera excedentes econômicos significativos, é que externo minha preocupação com a sua preservação. Reivindico que lhe sejam destinados recursos compatíveis com a atenção recomendada em intervenções qualificadas de preservação e conservação da riqueza histórica.

Esta meta devem perseguir Governo e sociedade. Por isso, ao longo dos últimos meses, tenho acompanhado com aflição as denúncias e operações de fiscalização desenvolvidas por diversos órgãos públicos, versando sobre a destruição, reforma e transformação de casarões tombados pelo patrimônio histórico de São Luís em estacionamentos para carros.

Creio que, apesar de lamentável, isto motivará a compreensão de gestores, de agentes econômicos e da comunidade de São Luís sobre a necessidade de se preservar o patrimônio histórico e cultural da cidade. O atendimento às demandas geradas pelo rápido crescimento populacional experimentado nos centros urbanos a partir da chamada revolução industrial brasileira, requer criatividade e planejamento público urbano que respeite e valorize as riquezas culturais acumuladas durante séculos. Não há porque a infra-estrutura social e os aparelhos urbanos conflitem com a memória de um povo.

Neste particular, não se pode apagar a história do Maranhão ou do Brasil com borracha de pneu, em dissintonia com a sustentabilidade ambiental que implique no



1F99DA4853

respeito às riquezas culturais da cidade. Deve-se buscar soluções eficientes para o tráfego, com prioridade para o transporte de massa, mas também adotando-se pontos de retenção, de estacionamento, em áreas externas às zonas históricas, com integração com o sistema público de transportes.

Para que não nos esqueçamos da importância do patrimônio da nossa capital, dilapidado por práticas empresariais lamentáveis que igualmente não devem ser olvidadas, faço este registro em tribuna. O controle político e social devem se empregar em obstar mal ainda maior para a Humanidade. Aproveito a proximidade do dia 17 de agosto, Dia do Patrimônio Histórico, para expressar a certeza de que a força da cultura maranhense será maior do que as ameaças que enfrenta no seu ambiente, por vezes bastante hostil e covarde.

Muito obrigado.

DEPUTADO ROBERTO ROCHA



1F99DA4853